



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 053/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE nº 1841/2011 (42 Vols).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.
- 4- **Exercício:** exercício 2010.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Arnaldo Almeida Mitouso – Prefeito Municipal de Coari, referente ao Exercício de 2010.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 41/2015 (fls. 8186/8304).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 583/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 8306).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**Ementa:** Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Coari.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal:

- A **desaprovação das Contas** Anuais da Prefeitura de Coari, referente ao exercício financeiro de 2010, sob a responsabilidade do ex Prefeito Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas, de 1989 c/c os art. 1º, I e art. 29, ambos da Lei nº 2.423/96; art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997.

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 23 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 053/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Conselheiro-Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 053/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 053/2015)

1- **Processo TCE nº 1841/2011 (42 Volumes).**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

4- **Exercício:** exercício 2010.

5- **Responsáveis:** Sr. Arnaldo Almeida Mitouso – Prefeito Municipal de Coari, referente ao Exercício de 2010.

6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 41/2015 (fls. 8186/8304).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 583/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 8306).

8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**Ementa:** Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício 2010.

*Revel. Contas Irregulares. Multas. Glosa. Alcance. Prazos. Envio de cópia do Processo ao MPE.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Declarar a Revelia** do Sr. **Arnaldo Almeida Mitouso**, ex Prefeito Municipal de Coari e Ordenador de Despesas, no exercício de 2010, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c o art.88 da Resolução nº 04/2002- TCE/AM;

**9.2- Julgar Irregular** as Contas da Prefeitura Municipal de Coari, referente ao exercício financeiro de 2010, sob a responsabilidade do ex Prefeito e ordenador de despesas Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, nos termos do art. 22, III, “a”, “c” e “d” da lei 2423/96, em razão de praticas de atos com graves infrações as normas legais;

**9.3- Aplicar multa**, ao Sr. **Arnaldo Almeida Mitouso**, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI, do artigo 308, da Resolução 04/2002-TCE, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 54, inciso II da Lei n. 2423, de 10.12.1996 ).

**9.4- Aplicar multa**, ao Sr. **Arnaldo Almeida Mitouso**, no valor de **R\$ 13.152,16** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), pelo atraso na remessa da movimentação contábil da Prefeitura Municipal de Coari, referente aos meses de JANEIRO A DEZEMBRO do exercício financeiro de 2010;

**9.5- Determinar a glosa** com a devolução aos cofres públicos, devidamente corrigidos, conforme art. 305, §1º do Regimento Interno desta Corte de Contas, dos seguintes valores:

**9.5.1- R\$ 1.409.198,00**, referente ao montante dos pagamentos feitos a maior à empresa WILLEM WAGNER S. RODRIGUES – W. W. EMPREENDIMENTOS - CNPJ 03.468.288/0001-11, relativo ao CONTRATO Nº 061/2010;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 053/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 053/2015)**

**9.5.2- R\$ 3.460.933,13**, referente à ausência de comprovação das obras inspecionadas;

**9.6- Considerar em alcance** o Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, ex Prefeito Municipal e Ordenador de despesas de Coari, no valor de **R\$ 59.324.198,09** (cinquenta e nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e oito reais e nove centavos), em razão das irregularidades apontadas pela DICAMI, discriminadas no Relatório acima;

**9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** ao Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, para o recolhimento cofres do Município dos valores de **glosas e alcance**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02;

**9.8- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas** aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento dos valores das condenações, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**9.9- Representar ao Ministério Público Estadual**, encaminhando cópia do processo, de acordo com o inciso XXIV do art. 1º da Lei Nº 2423/96, para que apure a responsabilidade civil e penal por práticas de atos com indícios de improbidade administrativa do ex Prefeito Municipal de Coari, Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, gestor e ordenador das despesas referente ao exercício financeiro de 2010, e dos engenheiros, na época, responsáveis pela fiscalização das obras inspecionadas, senhores Geraldo S. da Costa Sobrinho, Gilmar Pereira Barbosa, Ildison Barroncas Passos e o Sr. Cleomir de Araújo Costa, então Secretário Municipal de Obras de Coari.

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 23 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral